



SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

Processo nº 00200.011901/2025-37

Assunto: Nova Contratação. Pregão Eletrônico. Fornecimentos de insumos para a reforma das guaritas do Senado Federal. Item 20250298 do Plano de Contratações. **Valor estimado: R\$ 757.853,17.** Autorizações e aprovações de competência da Diretoria-Geral.

Senhora Diretora-Geral,

Trata o presente processo de proposta para realização de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, destinado à contratação de empresa especializada para fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia visando o *retrofit* e adequações de acessibilidade das guaritas do Complexo Arquitetônico do Senado Federal, ao custo estimado de **R\$ 757.853,17** (setecentos e cinquenta e sete mil e oitocentos e cinquenta e três reais e dezessete centavos), consoante especificações contidas na minuta de edital (documento nº 00100.158738/2025-01).

O órgão técnico justifica a contratação, por meio do Termo de Referência (documento nº 00100.154817/2025-35), conforme transcrição a seguir:

[...]

B. Justificativa

4. De acordo com o Regulamento Administrativo do Senado Federal, Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2018, compete à Secretaria de Infraestrutura a elaboração de projetos que alterem as características físicas do complexo arquitetônico do Senado Federal, além de aprovar, gerir e fiscalizar serviços contratados a terceiros na sua área de atuação. “Art. 222. À Secretaria de Infraestrutura compete dirigir, controlar e supervisionar a execução direta e indireta dos serviços de conservação arquitetônica, reforma e atualização das instalações internas, edificações e áreas externas do complexo arquitetônico do Senado Federal; dirigir, controlar e supervisionar a execução direta e indireta dos serviços de marcenaria e serralheria, manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações civis, elétricas, eletromecânicas, hidráulicas e hidrossanitárias do complexo arquitetônico do Senado Federal; aprovar, gerir e fiscalizar serviços contratados a terceiros na sua área de atuação; manifestar-se obrigatória e previamente sobre projetos de contratação que possam impactar o complexo arquitetônico do Senado Federal ou seus sistemas de infraestrutura; definir diretrizes de infraestrutura e planos





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

para uso, ocupação e intervenções no CASF; elaborar instruções normativas que regulamentem tais definições e diretrizes; gerir o plano de edificações do Senado Federal; executar tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições das áreas internas; realizar a gestão de recursos humanos e materiais de suporte da Secretaria e executar outras atividades correlatas.”

5. A presente contratação é essencial para garantir segurança, acessibilidade, conformidade legal e eficiência na utilização dos principais acessos ao Complexo Arquitetônico do Senado Federal, alinhando-se às políticas públicas de inclusão e à responsabilidade na gestão do patrimônio.

[...]

Por meio do Ofício nº 641/2025-COATC/SADCON (documento nº 00100.158746/2025-40), a COATC/SADCON demonstrou a regularidade da instrução, com destaque para a seguintes informações/documentos carreados aos autos:

Para a finalidade, a Secretaria de Infraestrutura - SINFRA do Senado Federal elaborou o Termo de Referência de NUP 00100.120909/2025-11, que, após alterações, foi consolidado com todas as informações necessárias à contratação no documento nº 00100.154817/2025-35, o qual, se entendido viável, deverá ser aprovado pela Diretora-Geral, consoante art. 9º, inciso IV do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

O Estudo Técnico Preliminar foi dispensado para a contratação em tela, conforme Ata da 4ª reunião de 2025 do comitê de contratações (00100.143845/2025-27).

A pesquisa de preços que estimou a contratação foi consolidada na Planilha de Estimativas de Despesas sob o documento nº 00100.121308/2025-26, projetando-se o custo geral estimado de **R\$ 757.853,17**.

A pesquisa conta com Anotação de Responsabilidade Técnica, motivo pelo qual não foi ratificada pela COCVAP, nos termos do art. 18, §3º, do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022.

A primeira versão da minuta de edital de Pregão Eletrônico, elaborada por esta COATC, foi acostada sob o nº 00100.130409/2025-98.

A COPEL procedeu a análise da minuta de edital, por meio do documento nº 00100.134004/2025-29, e concluiu que a minuta encontrar-se-á regular e adequada para aprovações pela DGER após as alterações sugeridas.

Em resposta às recomendações da COPEL e às NOTAS da COATC, o órgão técnico se manifestou no documento nº 00100.144193/2025-48, tendo consignado alterações no novo Termo de Referência, NUP 00100.144183/2025-11.

Ato contínuo, a minuta de edital foi atualizada, NUP 00100.146529/2025-15, e submetida ao órgão jurídico.

A ADVOSF, por meio do Parecer nº 610/2025 (NUP 00100.153547/2025-45) analisou os autos e concluiu:





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

[O]bservadas as recomendações constantes deste parecer e ressalvada eventual impropriedade de ordem técnica que escapa ao conhecimento jurídico, entende-se que a minuta constante do documento nº 00100.146529/2025-15 poderá ser considerada regular e apta à aprovação pela autoridade competente.

Os autos foram encaminhados ao órgão técnico para conhecimento e manifestação quanto às recomendações jurídicas, o qual se manifestou por meio do NUP 00100.154747/2025-15.

Quanto às recomendações jurídicas referentes à minuta de edital, segue tabela preenchida com resposta da SINFRA quanto a recomendação da Advocacia:

RECOMENDAÇÃO DA ADVOSF	MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO TÉCNICO
<p>Outrossim, no que se refere à escolha da empreitada integral como regime de execução indireta, observa-se outra questão jurídica relevante que merece reflexão por parte do órgão técnico e da autoridade competente. Isso porque, segundo entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (TCU), a adoção da empreitada integral não deve ser utilizada como regra geral, especialmente em casos desprovidos de justificativa adequada. Sua utilização é admitida em situações que exijam a perfeita integração entre obras, equipamentos e instalações, circunstância cuja verificação pressupõe juízo discricionário por parte dos agentes administrativos, considerando-se as peculiaridades do caso concreto. Nesse sentido, colhe-se excerto da jurisprudência da Corte de Contas:</p> <p>22. Após a publicação do orçamento detalhado elaborado pela Unifesp para subsidiar a elaboração das propostas, a Seinfra Urbana destacou que, “além dos serviços, equipamentos e instalações comumente executados dentro do escopo de obras públicas de edificações, há alguns itens que, eventualmente, poderiam ter sido objeto de contratação à parte, como, por exemplo, os equipamentos de cozinha industrial [...]”. Informou que os referidos itens totalizam R\$867.465,95, incluído o BDI.</p>	<p>Justificativa para Empreitada Integral: é de interesse da administração que, ao término do contrato, os locais que passarão por intervenção sejam entregues prontos, acabados e em condições de funcionamento. É fundamental delegar à empresa contratada todas as obrigações relativas ao objeto contratado, o qual deve ser entregue dentro do prazo e totalmente em condições de uso, notadamente em relação à integração dos equipamentos de climatização do tipo split e quadros elétricos fornecidos, não sendo praticável a ocupação dos espaços sem que tais dispositivos e demais intervenções estejam completamente finalizados.</p>





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

23. Tem razão a Seinfra Urbana. A jurisprudência deste Tribunal é firme no sentido de que o regime de empreitada integral previsto no art. 6º, inciso VIII, alínea “e”, da Lei 8.666/1993 deve ser considerado na condução de projetos de vulto e complexos, em que a perfeita integração entre obras, equipamentos e instalações se mostre essencial para pleno funcionamento do empreendimento, a exemplo de obras em hidrelétricas. Essa complexidade não se encontra demonstrada nas obras pretendidas pela Unifesp. TCU, Plenário. Acórdão nº 711/2016. Rel. Min. Ana Arraes, j. 30.3.2016. Neste ponto, em que pese o Item nº 8 do Termo de Referência trazer breve justificativa para a adoção do regime de empreitada integral, esta Advocacia entende ser essencial que a justificativa técnica para a adoção do referido regime de execução indireta observe os parâmetros estabelecidos na jurisprudência do TCU. Isso porque, embora não se afaste a possibilidade de utilização da empreitada integral para objetos de menor complexidade, trata-se de regime usualmente empregado em empreendimentos de maior envergadura, tais como obras industriais ou objetos que envolvam parcela significativa de fornecimento de equipamentos, instalações especiais e montagem eletromecânica, uma vez que a empreitada integral inclui, no escopo contratual, a entrega do objeto em condições de entrada em operação.

As demais recomendações postas pelo órgão jurídico foram acatadas e consolidadas na minuta de edital a ser aprovada pela autoridade competente.

Os autos seguiram, então, para informação da disponibilidade orçamentária, a qual foi confirmada pela COPAC no documento nº 00100.157699/2025-17. A contratação está prevista no item 20250298 do Plano de Contratações.

A versão consolidada da minuta de edital está consignada no NUP 00100.158738/2025-01 e, se entendida regular, deve ser aprovada pela autoridade competente.

(...)

Por derradeiro, o Senhor Diretor da SADCON encaminhou os autos para as deliberações e demais atos necessários ao seguimento do certame, em conformidade com





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

o disposto no Anexo V do RASF aprovado pelo ATC nº 14/2022. Ademais, solicitou deliberação acerca da justificativa apresentada pelo órgão técnico para adoção do regime de empreitada integral.

Sobre isso, entende-se que devem ser acatadas as proposições do órgão técnico, o qual detém o conhecimento sobre o objeto a ser contratado e o mercado em questão, cuja complexidade escapa ao domínio técnico desta Assessoria.

À consideração de Vossa Senhoria.

Revisado por:

(assinado eletronicamente)

Guilherme Ferreira da Costa
Assessor Técnico

(assinado eletronicamente)

Tahmineh Maria Shokranian de Mello
Gestora do NASC/ATDGER





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

De acordo. Acolho a informação técnica e, com fundamento no art. 9º, incisos III, IV, V, VII e IX, Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, passo a decidir:

1. **AUTORIZO** a realização do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**;

2. **APROVO** o Termo de Referência (documento nº 00100.154817/2025-35); e a Minuta de Edital (documento nº 00100.158738/2025-01), nos termos propostos;

3. **ACOLHO** as justificativas apresentadas pelo órgão técnico e, em decorrência, **APROVO** as justificativas apresentadas pelo órgão técnico para adoção do regime de empreitada integral.

4. **AUTORIZO** a despesa estimada no valor máximo de **R\$ 757.853,17** (setecentos e cinquenta e sete mil e oitocentos e cinquenta e três reais e dezessete centavos), prevista no item 20250298 do Plano de Contratações; e

5. **DESIGNO** os gestores indicados na PDG.

Encaminhem-se os autos, sucessivamente, à **AADGER** e à **SADCON**, para as demais providências pertinentes.

Brasília, 3 de setembro de 2025.

(assinado eletronicamente)

ILANA TROMBKA

Diretora-Geral





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL

Nº 3659, de 2025

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 00200.011901/2025-37**,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o **Núcleo de Gestão de Contratos de Infraestrutura e Comunicação – NGCIC** como órgão gestor do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 2º Designar o titular e o substituto da **Coordenação de Projetos e Obras de Infraestrutura – COPROJ**, como fiscal titular e fiscal substituto, respectivamente, da(s) mesma(s) avença(s).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de setembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
ILANA TROMBKA
Diretora-Geral

